

Encontro de Belém reafirma
a resistência negra, indígena, po-
pular e operária nas Américas.

1999

Encontro de Belém reafirma a resistência negra, indígena, popular e operária nas Américas

O II Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, realizado em Belém, de 6 a 11 de dezembro, conseguiu incorporar um incrível leque de segmentos sociais anticapitalistas que não encontram, ou pouco encontram, espaço em partidos de esquerda, sindicatos ou entidades estudantis.

Assim, uma quantidade expressiva de jovens, a maioria dos 3 mil participantes, tomou conta do plenário e das discussões do II Encontro. Isso chama a atenção quando todos sabem das dificuldades dos partidos de esquerda e centrais sindicais, ao contrário da década passada, de atraírem militância jovem.

Da mesma forma, o movimento negro, os quilombolas, o movimento indígena, mulheres, ambientalistas, anarquistas, movimento hip-hop, anarco-punks, etc., setores geralmente excluídos pela esquerda tradicional, misturavam-se a sindicalistas, trabalhadores rurais sem-terra e militantes de partidos políticos, do movimento popular e das entidades de solidariedade internacionalista.

No meio de tamanha diversidade - ainda que a luta anticapitalista (ou anti-neoliberalismo) seja um objetivo comum -, era natural que conflitos ocorressem e fossem sanados depois de muita polêmica.

Foi o que ocorreu quando, no segundo dia do Encontro, um expressivo setor do Plenário insistiu na necessidade de mudança da

dinâmica das Mesas Redondas do evento. Propuseram que o tempo dos palestrantes fosse reduzido e, ao invés da interminável fila de falas (chamado *debate*), fossem formados subgrupos, ali mesmo no Plenário, para discussão dos temas salientados pelos palestrantes, além da possibilidade da formação de novos grupos temáticos. Uma mudança inteligente, visto que democratizava a possibilidade da participação de todos, ao contrário da dinâmica original, que mais parecia um *assembleião*.

Alguns grupos, como o Part (liderado pela ex-prefeita de Fortaleza Maria Luiza Fontenele), que conseguiram se inscrever em grande número na primeira Mesa Redonda, após a mudança da dinâmica praticamente desapareceram das discussões. Aparentemente, estavam interessados na tribuna somente para monopolizar as falas com discursos agitativos e de protesto, sem maiores consequências práticas.

Em qual Encontro de partidos, central sindical, popular etc. já se presenciou uma mudança tão radical na dinâmica das discussões, em pleno transcorrer do evento??!!

E mais, as manifestações espontâneas, improvisadas, no intervalo das plenárias, acabou sendo parte importante do evento. Assim foram as performances, esquetes, declamações de poesias, canto, rap, e até uma manifestação de rua importante que foi o ato pela punição dos assassinos de Eldorado dos Carajás (em frente ao Tribunal do Pará).

Essa qualidade, essa capacidade de improvisar,



de romper com esquemas, reconhecendo a superioridade de outras propostas, a esquerda tradicional precisa incorporar, a fim de que sejamos capazes de disputarmos, de fato, a hegemonia da sociedade com a burguesia.

• A Mística Zapatista

A presença do Exército Zapatista, por meio de dois de seus integrantes, contribuiu sobretudo para

manter a unidade em meio a tamanha diversidade dentro do Encontro. A proposta dos Encontros surgiu dos Zapatistas e a eles cabe a tarefa principal de manter a qualidade das discussões e apontar as principais tarefas frente à conjuntura da luta de classes mundial e continental.

Há que ressaltar também a simbologia do "passa-montanha" (o gorro), parte inseparável do vestuário dos dois representantes do EZLN. O "passa-montanha" simboliza a impessoalidade do movimento (Todos somos Marcos, ou todos podem ser Marcos), além de ressaltar o olhar - a mirada -, o instrumento facial mais transparente e sincero de expressão dos sentimentos humanos.

CB, 7.12.99

CURTAS

MST não vai a evento petista

A direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não participará do 2º Encontro Pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, que começou ontem à noite em Belém (PA) e vai até o dia 11. O movimento teria condenado o caráter festivo do encontro, coordenado pelo PT. O excesso de discussões sem caráter deliberativo também teria irritado a direção do MST, que oficialmente não se pronunciou sobre o assunto. O líder do movimento, João Pedro Stedile, não foi localizado para comentar a divergência. A decisão dos sem-terra surpreendeu os organizadores do evento. (Agência Estado)

● MST, o grande ausente

Conforme previsto, face a declarações de bastidores de alguns de seus dirigentes, o MST não participou do II Encontro. Perdemos todos: o II Encontro, os Zapatistas, o próprio MST, a Consulta Popular e o processo revolucionário no Brasil e no nosso Continente.

Nenhuma explicação plausível e convincente foi manifestada para justificar a ausência do MST. E reside aí justamente a nossa preocupação: um movimento de massas, classista, anticapitalista, como o MST ausenta-se de um evento de tamanha magnitude sem emitir nenhum documento público sobre sua decisão!!

A única notícia sobre o fato que saiu na imprensa não convenceu (fac-símile), até porque o Encontro de Belém foi tão deliberativo quanto a Assembléia dos Lutadores do Povo, em outubro, ao final da Marcha Popular pelo Brasil, promovida pela Consulta Popular (com clara hegemonia do MST). O caráter "pouco deliberativo" da Assembléia dos Lutadores do Povo (apesar do nome "Assembléia") tampouco autorizou a qualquer movimento a boicotá-la.

Aliás, o Encontro de Belém foi, na prática, uma nova Assembléia dos Lutadores do Povo, em nível continental, e a ausência da Consulta Popular (consequência prática da ausência do MST) impediu que a própria Consulta, como um movimento que vai se afirmando como movimento amplo, de massas, desse um salto de qualidade e de quantidade na sua estruturação.

● A Prefeitura de Belém

O apoio do governo municipal de Belém ao II Encontro foi fundamental para garantir a realização do evento. O problema foi que o governo não ficou só no apoio; ele fez praticamente tudo, desde a definição dos meios, da infra, até o delineamento político e a dinâmica dos debates (que, como já nos referimos, mudou no segundo dia, com o concordância dos próprios organizadores após uma avaliação crítica e autocrítica da dinâmica proposta originalmente). Isso limitou o Encontro em questões importantes, como, por exemplo, a interface dos participantes do Encontro com a população de Belém. Manifestações de rua foram propostas (no Consulado dos EUA, foi uma delas), mas sofreram forte oposição do governo municipal, face à possibilidade de "perder-se o controle das manifestações".

Embora o governo municipal ser de esquerda, ideologicamente revolucionário, o fato de a prefeitura ser parte do aparato institucional impõe claros limites à ação do governo na organização manifestações desse tipo. A posteriori, podemos afirmar que foi um erro deixar a Pre-



Plenária do Encontro de Belém, no campus da UFPA

feitura de Belém sozinha na organização do II Encontro. A alternativa, que fica como proposta para os próximos, seria a formação de um comitê organizador amplo, de caráter internacional.

● Os provocadores

Um evento com essas características (aberto e amplo politicamente) sempre fica vulnerável à ação de provocadores (agentes profissionais ou

não) que se infiltram para criar problemas, impedir o fluxo das discussões, criando fatos políticos negativos que repercutam mal para o próprio Encontro.

Eventos como esse exigem a criação de formas mais descentralizadas de controle no credenciamento. Mas não foi isso que ocorreu, o que facilitou a presença de agentes provocadores, que tentaram melar debates, como o subgrupo "40 anos de Revolução Cubana", insistindo com a consigna "Fora Fidel", e conseguiram inviabilizar o intervenção dos representantes do EZLN ao final do II Encontro (além de inviabilizar o exibição, em vídeo-telão, da saudação final do Subcomandante Marcos, que seria feita em português). Uma evidente falta de respeito que só é entendida como uma ação deliberada de agentes infiltrados, principalmente entre grupos anarquistas, ultraesquerdistas e putschistas que estavam presentes em grande quantidade: mais de 50 grupos ou coletivos anarquistas, mais LBI, setores do PSTU, da esquerda do PT etc., alguns mais preocupados em dar sua contribuição política, outros (em menor número) mais preocupados em protestar, agitar e protestar, sem aportar nenhuma idéia e criando um ambiente fértil para a ação de provocadores travestidos de "militantes".

2 As vaias a José Dirceu

Uma quantidade expressiva de petistas participou do Encontro de Belém. A presença de militantes do PT só não foi maior em função do Congresso do PT, realizado 10 dias antes em BH, que polarizou as atenções dos petistas em prejuízo do Encontro de Belém.

Não foi surpresa que muitos desses petistas estivessem na linha de frente das vaias a José Dirceu, puxadas por militantes do PSTU e de agrupamentos anarquistas. Como se vê, o II Encontro já começou polêmico, agitado, a partir do seu ato de abertura, realizado no Centro de Belém.

Comportamento antidemocrático?, sectarismo!?? ou manifestação espontânea de indignação contra um dirigente que simboliza, junto com outros, a adaptação do PT à institucionalidade burguesa, a desfiguração de um partido que nasceu para ser partido de massas, rebelde, anticapitalista e libertário e hoje resume-se a mobilizar as massas para "enfrentar" o sistema somente nas eleições.

Na abertura do Encontro, também não deixou de chamar a atenção o fato de as falas terem se restringido praticamente a partidos políticos brasileiros, o que, face ao caráter Continental e amplo do evento (não só de partidos políticos), não poderia ter acontecido.

● **A polêmica acerca da Declaração Final**

Foi estabelecida uma disputa política em torno da Declaração Final do Encontro. De um lado, a proposta elaborada pela Organização do evento junto com a delegação Zapatista; do outro - a proposta puxada pelo PSTU e setores da esquerda do PT, que queriam explicitar o objetivo socialista do Encontro, além da inclusão da consigna pelo *não pagamento da dívida externa*.

A proposta, formalizada em uma declaração alternativa, foi rejeitada pela maioria da Plenária Final, já sem a presença dos anarquistas que geralmente se afastam das disputas pelo poder levadas a cabo pelos partidos políticos.

Entendemos que a consigna pelo *não pagamento da dívida externa* já está embutida da própria Consulta (Plebiscito) a ser realizada. Não temos dúvida de que essa será a conclusão da grande mobilização popular que se dará em torno da Consulta.

Por outro lado, consideramos que o objetivo socialista está implícito na Declaração Final aprovada, que é claramente anticapitalista. Como diz Lauro Campos: no combate ao sistema capitalista temos condições de construir uma alternativa muito superior para a Humanidade. Se essa alternativa se chama "socialismo" ou não, importa pouco, pois o nome da rosa é menos importante que a própria rosa.

● **Encaminhamentos**

A Declaração Final do II Encontro propugnou:

- pela necessidade de que o movimento dos Encontros continue como um dos espaços de articulação da luta de resistência dos povos americanos;
- pelo engajamento na grande tarefa do próximo ano, que é o movimento "Brasil, 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular"; que todos se somem aos dois mil indígenas que estarão presentes em Porto Seguro para reafirmar os "Outros 500";
- pela incorporação de todos na luta pela libertação de Mumia Abu Jamal;
- pela participação de todos na Marcha Mundial das Mulheres 2000 Contra a Pobreza e a Violência;
- realização de consulta (plebiscito) sobre o *não pagamento da dívida externa*, fazendo desse processo um instrumento de ampla e combativa mobilização popular;
- pela realização de uma grande "Marcha Americana", saindo simultaneamente do Canadá e do Brasil, até Ciudad Juarez, fronteira mexicano-estadunidense.
- pela realização do III Encontro no Canadá, tendo como anfitriãs comunidades indígenas daquele país.
- que o calendário, com definição de datas, e o detalhamento geral, sairá de uma reunião preparatória, em março próximo

● **Encaminhamentos para Brasília**

A delegação de Brasília teve uma participação muito importante no Encontro de Belém. Fomos 38 companheiros, incluindo seis militantes de Goiânia e dois de São Paulo. O processo de discussões organizado pelo Comitê Preparatório-DF deu um importante suporte político e teórico, suficiente para o acompanhamento ativo das mesas-redondas e subgrupos.

A delegação destacou-se também na organização do Ato no Tribunal de Justiça do Pará e na apresentação da moção (aprovada por aclamação) contra o Governo Roriz pelo assassinato do operário José Ferreira da Silva e demais atrocidades cometidas durante o Massacre da Novacap.

Para dar continuidade às atividades que se iniciaram com o Comitê Preparatório, aprovamos dos seguintes encaminhamentos:

- constituição do Comitê "Outros 500", mobilizando a militância do DF para os protestos de Porto Seguro, dia 22 de abril, a funcionar conjuntamente com o Comitê de Solidariedade Internacionalista-DF (este constituído para funcionar permanentemente), de maneira a agregar todo o trabalho de solidariedade internacionalista: Cuba, Colômbia, Timor Leste, EZLN, Mumia Abu Jamal, Iraque, Iugoslávia, Venezuela, curdos (pela libertação de Abdula Okalan) etc. e mais o que vier a ser demandado (estamos aguardando a divulgação das propostas encaminhadas pelos grupos e subgrupos do tema *Solidariedade Internacionalista*, um dos destaques das discussões do Encontro de Belém).
- encaminhar as deliberações do II Encontro, conforme calendário a ser definido em março, inclusive no que se refere à realização da consulta sobre a Dívida Externa aqui em Brasília.

DECLARAÇÃO FINAL DO II ENCONTRO AMERICANO PELA HUMANIDADE CONTRA O NEOLIBERALISMO

E finalmente aconteceu o encontro para o qual tanto lutamos - encontro de sonhos, de experiências e de vontades. À cidade de Santa Maria de Belém acorreram lutadores de 24 países da América e da Europa para realizar, às margens do poderoso rio Amazonas, o II Encontro Americano Pela Humanidade Contra o Neoliberalismo.

Deste grande acontecimento participaram cerca de três mil companheiras e companheiros. Dos indígenas canadenses aos trabalhadores argentinos. Dos negros, índios e sem-terra brasileiros aos zapatistas mexicanos.

Foi um encontro amplo e diversificado. Diferenças e embates se expressaram, algumas vezes de forma aguda, assim como o esforço conjunto de compreensão mútua para que essas diferenças não fossem obscurecidas e todas contribuíssem na busca dos objetivos comuns que nos trouxeram a Belém. Esse próprio esforço, de buscar a unidade através do conflito e da diversidade, é uma conquista do encontro, embora reconheçamos que muito ainda temos, todos e todas, a aprender.

O II Encontro ocorreu em um momento em que a América treme de indignação e revolta. Nos ouvidos de todos e todas ecoaram os gritos das manifestações em Seattle, durante a reunião da Organização Mundial do Comércio. Lá, o caminho da união do povo para pôr fim ao império do capital demonstrou ser o mais acertado. Durante três dias militantes de diversos movimentos - sindical, indígena, das mulheres, dos negros, pela livre orientação sexual e muitos outros - combateram, lado a lado, a polícia e a guarda nacional norte-americana, protestando contra a existência da OMC, do BIRD, do FMI e de outros instrumentos dos grandes capitalistas para promover a pobreza em escala mundial.

O II Encontro se realizou em um momento de extrema gravidade para o nosso continente. O imperialismo norte-americano - coração e braço armado do grande capital - ataca todos os povos da América. Além de manter o odioso bloqueio econômico contra um país soberano como Cuba, alarga seu raio de ação promovendo ações desestabilizadoras do processo político em marcha na Venezuela; alia-se ao governo mexicano na agressão aos povos indígenas de Chiapas e a todo movimento popular e revolucionário do México; e, o que é mais grave, busca ampliar sua intervenção militar contra a rebelião popular na Colômbia. Para tanto, instala bases militares em países próximos e pressiona os governos do Brasil, da Argentina, do Peru e outros para embarcarem na aventura da invasão do território colombiano. A pretexto de combater o narcotráfico - um grande negócio bancado por ricos empresários - enviam contingentes cada vez mais numerosos de assessores militares que se dedicam a ações de contra-insurgência contra o povo em armas. Deter essa escalada agressiva é a tarefa mais urgente para os povos da América. Por isso, lutaremos lado a lado contra essas agressões. No mesmo sentido o II Encontro se posicionou pela autonomia territorial e auto-determinação econômica, social, política e cultural dos povos.

No II Encontro ouviram-se muitas vozes. A dos movimentos sindicais que buscam encontrar novos caminhos para enfrentar os danosos efeitos da exploração desenfreada provocada pela mundialização da economia e que lutam contra o desemprego e pela redução da jornada de trabalho. A dos jovens do continente, que no início da vida enfrentam o trabalho infantil, têm negados seus direitos à saúde e à educação, e, se sobrevivem, são obrigados a conviver com o fantasma do desemprego. A dos pequenos agricultores, esmagados pelos projetos que só beneficiam os latifundiários e por um sistema que nega o crédito e a assistência técnica, praticando juros extorsivos. A dos trabalhadores sem-terra que, com sua coragem e organização, lutam por um pedaço de chão para plantar e viver. Ouvimos o clamor dos indígenas em luta para recuperar suas terras ancestrais, defender a natureza e afirmar a sua cultura. Também ecoou forte o grito do povo negro, que jamais se rendeu e segue lutando contra as novas formas de escravidão. Da mesma forma, calou fundo, no coração dos delegados, a determinação dos movimentos das mulheres, homossexuais e portadores de necessidades especiais, que se batem bravamente para conquistar direitos iguais e dignidade. Por fim, no

encontro realizado na capital da Amazônia não poderiam faltar as vozes dos povos da floresta. Elas estiveram presentes: seringueiros e ecologistas nos lembraram que é necessário exigir o fim do saque da natureza, em particular da região amazônica, combatendo todas as formas de biopirataria e de depredação do meio natural e lutando pela reforma agrária sob o controle dos trabalhadores. Da mesma forma, manifestamos nossa disposição de lutar contra todas as obras e projetos que destruam massivamente o meio-ambiente. Todos nós sabemos: o capitalismo é um mal que atenta contra a existência do planeta.

Muitas foram as falas. O alvo era o mesmo: o neoliberalismo, novo nome do velho capitalismo que há séculos se converteu no garrote que asfixia a humanidade. Este sistema que transforma o homem no lobo do homem pode usar várias roupagens democráticas, como a chamada "Terceira Via", sem alterar seu conteúdo de exploração e opressão. Por isso o fim deste sistema é condição necessária para se construir um mundo em que a educação, a saúde e a habitação, por exemplo, sejam efetivamente direitos e não mercadorias, traficadas impunemente.

Em Belém resolvemos que o movimento dos Encontros deve continuar como um dos espaços de articulação da luta de resistência dos povos americanos. Por isso recebemos com o coração feliz o nobre oferecimento irmãos Anishnabai canadenses para sediarem o III Encontro pela Humanidade Contra o Neoliberalismo. Sendo assim, em breve nos veremos, desta vez nas planícies do norte americano, recebidos por guerreiros e guerreiras que lutam por sua liberdade há mais de 500 anos.

Em Belém resolvemos que o movimento dos Encontros deve ser mais um instrumento de organização de nossa luta. Por isso conclamamos todos os Comitês Preparatórios para prosseguirem na luta, assumindo a grande tarefa que já se anuncia para o ano 2000: o engajamento no movimento "Brasil. 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular". No próximo ano, que todos e todas se somem aos dois mil indígenas que se farão presentes em Porto Seguro para dizer às autoridades que a partir de agora, no Brasil, serão "Outros 500". A importância desta luta não se resume ao Brasil. O II Encontro Americano pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo assumiu expressamente a herança dos cinco séculos da resistência indígena, negra e popular, assumindo a responsabilidade de resgatar e fortalecer o movimento continental indígena negro e popular, seu projeto histórico e sua estratégia unitária.

Em Belém, conclamamos a incorporação de todos e todas, das mais diversas formas, à luta pela libertação de Mumia Abu Jamal, militante dos Panteras Negras, que se encontra preso, doente e condenado à morte em julgamento forjado nos EUA.

Em Belém, também conclamamos que todos os países da América participem da "Marcha Mundial das Mulheres 2000 Contra a Pobreza e a Violência". A emancipação do gênero humano só será fértil se a dignidade e a criatividade da mulher forem reconhecidas em todos os pequenos e grandes atos da vida

cotidiana, nas esferas do privado e do público. A marcha evidenciará a opressão da mulher e a necessidade da construção de novas relações não hierarquizadas entre os gêneros.

Em Belém, nos posicionamos pela liberdade total de acesso à informação e às produções culturais de resistência por todos os meios possíveis. Para alcançar esse objetivo, propomos que se potencializem as redes de comunicação permanentes que permitam a articulação das lutas das organizações populares que se opõem à maré neoliberal, em defesa da humanidade, exercendo intensa vigilância pelo cumprimento dos direitos humanos.

Em Belém, resolvemos pôr em prática os princípios do internacionalismo e da unidade dos povos. Por isso decidimos nos unir aos diversos movimentos que questionam a dívida externa, apresentando a proposta da realização de um plebiscito sobre o pagamento dessa dívida. Este plebiscito terá que ser construído pelo esforço de milhões. É uma tarefa complexa, que exigirá o engajamento de muitos irmãos que aqui não estiveram presentes, mas já encaminham essa luta. Saímos de Belém em busca da incorporação de todas as organizações populares do continente para a construção de um rotundo NÃO a uma dívida ilegítima e criminosa.

Em Belém, resolvemos que nossa caminhada tem que continuar e não apenas no sentido figurado. Assim, posicionamos-nos favoravelmente à realização de uma grande "Marcha Americana" que, saindo simultaneamente do Canadá e do Brasil, percorrerá diversos países do continente, estimulando e incorporando diversas lutas e manifestações locais, agregando um número cada vez maior de companheiros e companheiras. O ponto de

chegada e de encontro deve ser em Ciudad Juarez, na fronteira mexicano-estadunidense, onde está o odioso muro de metal, protegido por helicópteros, guardas e cães, separando simbolicamente a opulência dos ricos e a miséria dos pobres no nosso continente, incluindo os próprios EUA e o Canadá. Para que a história reencontre seu curso esse muro deve cair. Num ato com milhares de participantes de diversas nacionalidades celebraremos nossa unidade e deixaremos bem claro que o mundo precisa girar de outra maneira. Esse acontecimento de repercussão mundial significará um gigantesco passo na nossa luta. Uma jornada repleta de desafios vencidos pela luz de nossas bandeiras e dos nossos corações.

Para transformar tal sonho em realidade estaremos realizando, em março próximo, uma reunião preparatória na qual deveremos checar todos os informes e deliberar sobre os encaminhamentos necessários.

Em Belém, assumimos estes compromissos e estas tarefas. Para tanto, nos manteremos organizados de forma ampla, democrática, diversa, ampliando ao máximo o número de amigos e aliados.

Em Belém, entre os dias 6 e 11 de dezembro de 1999 levantou-se a tocha acendida em Chiapas, em 1996, durante o I Encontro Americano pela Humanidade contra o Neoliberalismo. Sua luz seguirá iluminando o continente.

Belém do Pará, Amazônia Brasileira

11 de dezembro de 1999

164 Anos da Revolução Cabana

Resumo do Ato de Solidariedade Internacional contra a Chacina de Eldorado de Carajás

Na tarde de 10 de Dezembro de 1999, cerca de 100 participantes do **II Encontro Americano pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo em Belém do Pará (Amazônia)**, realizaram um ato de protesto em frente ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará pedindo justiça no julgamento dos assassinos da Chacina de Eldorado dos Carajás. O grupo de representantes de movimentos sociais das Américas realizaram um ato pacífico, repleto de mística e simbolismo.

Neste ato foi entregue e protocolado no TJE, uma moção de repúdio pedindo a nulidade da farsa do julgamento preliminar realizado, que absolveu os mandantes da Chacina de Eldorado dos Carajás.

A moção foi aprovada nas plenárias de "Direitos Humanos: Prioridade da América", e "Solidariedade Internacional: Construindo uma América Livre".

Entretanto, cerca de 300 policiais militares já estavam aguardando a chegada do grupo. Estes ocuparam de forma ostensiva as escadarias do TJ não permitindo que o grupo chegasse até a escadaria.

Cantando a Internacional Socialista, América Livre, Ordem e Progresso e outras canções populares de protesto, o grupo abraçou a praça em frente ao Tribunal. Pedro Tierra contribuiu com uma poesia que despertou o interesse na atividade por diversas pessoas que passavam pela rua.

Em momento de muita emoção foi realizada uma performance teatral sobre o "O Grito dos Excluídos", observada pelo batalhão da polícia militar e funcionários do Fórum.

Foram colocadas em frente ao Tribunal as 19 cruzes pretas representando cada trabalhador massacrado. Uma cruz



Flagrante do Ato Contra a Chacina de Eldorado dos Carajás

vermelha, representando o Índio Galdino foi colocada em cima de uma bandeira negra do Brasil, onde seus novos dizeres eram : luta e resistência (ao invés de ordem e progresso). Flores foram espalhadas representando os outros companheiros assassinados que permanecem no anonimato pelo Brasil afora e no resto do mundo.

Finalmente uma comissão de 3 representantes da luta indígena, negra e popular protocolaram o seguinte documento:

Belém do Pará, 10 de Dezembro de 1999

Exmo. Sr.

Desembargador Dr. José Alberto Maia

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

O Foro do **II Encontro Americano Pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo** aprova e encaminha a presente contra o resultado preliminar do julgamento dos autores da Chacina de Eldorado dos Carajás, Sul do Pará. Considerando as falhas processuais abaixo elencadas:

1. Suspeição do Juiz, por este ter manifestado em entrevista ao jornal O Liberal que continuaria utilizando o quesito 6 : (as provas contidas nos autos são insuficientes para a condenação do réus ?), nas demais sessões do tribunal do júri.
2. Quebra da incomunicabilidade do júri por parte do jurado Sílvio Queiróz Mendonça.
3. Quesitação imprópria formulada pelo juiz Ronaldo do Valle no quesito número 6 (sobre insuficiência de provas).
4. Retirada, por ordem do Juiz de documentos juntados aos autos pela acusação.
5. Aceitação , por parte do juiz, de documentos inautênticos da defesa.
6. Laudo, Badan Palhares
7. Pelo exposto pedimos:

A nulidade deste processo , por temos convicção que as falhas existentes no rito processual não atenderam os anseios de justiça de todos os povos da América.

O Presente documento está assinado pelos povos excluídos das Américas e será encaminhado á

Secretaria Nacional de Direitos Humanos

Ministério da Justiça

Congresso Nacional – Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal

Assembléia Legislativa do Pará

Governador do Estado do Pará

A Presidência da República

OAB Nacional e OAB – Pará

Anistia Internacional e outras entidades internacionais

COORDENAÇÃO DA CAMPANHA JUBILEU 2000

PLEBISCITO NACIONAL SOBRE DÍVIDA EXTERNA

(Brasília, 18 e 19 de Novembro de 99)

Relatório Final

Apresentação dos 13 participantes: CNBB/ pastorais sociais e organismos: Pe Alfredo Gonçalves, Pe Luiz Basségio; Pe Bernardo Lestienne (Ibrades); Paulo Maldos (CIMI); CÁRITAS: Odair Firmino, Ivo Poletto; MST: João Pedro Stedile; CMP: Raimundo Bonfim; CESE: José Carlos Zanetti; PACS: Sandra Q.; Assessor de comunicação: Roberto Maringoni, SIFENCON-RJ: S. Pascoutto; FISENGE: Sérgio Almeida.

Coordenação : Pe. Alfredo J. Gonçalves CNBB/Pastorais sociais
Secretaria : Pe. Bernardo CNBB/IBRADES

Aprovação da proposta de pauta : 1. Objetivo geral e objetivos específicos do Plebiscito; 2. Data (um dia, uma semana, ou outra modalidade?); 3. Motivação, estratégias, envolvimento das bases; 4. Principais temas a serem debatidos durante o processo; 5. Questão técnica e jurídica (cédula, votação, fiscalização; 6. Divulgação : subsídios a serem elaborados; 7. Proposta de shows, festivais , teatro e outros eventos; 8 Presença nos MCS (TV, imprensa escrita, rádio); 9. Coordenação, secretaria e equipes de trabalho; 10 Calendário. 11. Informes diversos.

I. Objetivos do Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa

Objetivo Geral :

- conscientizar a população que uma das causas de seus problemas é a Dívida Externa e Interna;
- aprofundar a relação entre dívida externa e interna sociais e ecológicas;
- levar o debate à opinião pública e às bases;
- recolocar o tema na pauta das mobilizações populares;
- a partir do debate, questionar o modelo econômico neoliberal.

Objetivos políticos :

- lutar pela recuperação da soberania do Brasil;
- denunciar a ingerência do FMI na política e na economia do país;
- criar um clima de correlação de forças, em vista da suspensão do pagamento da dívida externa;
- estimular algum tipo de controle sobre a dívida pública interna, mecanismo através do qual o capital financeiro aprofunda a espoliação.

Objetivos específicos concretos :

- pressionar no sentido de conseguir uma auditoria da dívida externa e interna;
- fortalecer iniciativas de controle ao capital financeiro;
- fortalecer iniciativas contra o AMI e a ALCA
- estabelecer uma maior articulação com as iniciativas continentais e intercontinentais.

II. Data

Por muitas razões de organização (amplo trabalho logístico), de maior mobilização (articular o Plebiscito ao Grito dos excluídos, e à campanha para as eleições municipais), bem como financeiras foi escolhida a semana da Pátria.

Sábado 2 a Quinta-Feira 7 de Setembro de 2000

III. Motivações, estratégias e envolvimento das bases

Foram lidas as sugestões de Valter Pomar.

Foi lembrado que o Plebiscito é uma iniciativa popular e que a) toda e qualquer entidade, incluindo os partidos políticos, que quiser apoiar o Plebiscito poderá participar da Campanha; b) a coordenação executiva e secretaria, por sua vez, serão compostas pelas entidades definidas durante a Plenária Social.

As motivações aparecem nos objetivos.

Estratégias: apareceu rapidamente a necessidade duma **reunião coordenação ampliada** da Campanha Jubileu 2000, sobre o tema : **Plebiscito sobre a Dívida Externa.**

O objetivo do encontro é de ampliar, democratizar e organizar o movimento.

Não se trata de rediscutir a linha do Plebiscito que foi definida no Tribunal da Dívida Externa (abril 99, Rio), mas de lançar em maior escala a organização do Plebiscito.

É necessário envolver um número maior de entidades e setores importantes da sociedade, sincidal em particular, que se comprometam com a realização do plebiscito e o inscrevam na sua pauta de ação para o ano 2000 e não apareceram nesta coordenação.

Varias propostas sobre materiais e atos serão apresentadas neste encontro.

Data marcada : **16-17 de fevereiro de 2000**

Local : **Cajamar** (S.Paulo)

A coordenação se reúne na véspera, *dia 15, a partir de 16.00h*

Setores da sociedade e entidades convidadas à Coordenação ampliada (número de pessoas), e encarregado(a) do contato :

Igrejas	15	Pe. Alfredo
CUT	15	Afonso
Organizações do Campo	20	João Pedro Stédile
CMP	15	Raimundo Bonfim
CNTE (professores)	15	Pe. Alfredo
Estudantes (UNE e UBES)	10	Maringoni
ANDES	5	Sérgio Almeida
ABI	1	Sérgio
OAB	1	Pascoutto
Conselhos profissionais	6	Sérgio
Rede Brasil	2	Sandra Quinvabe
ABONG	1	Sandra
Forum entidades ambientais	4	José Carlos Zanetti
Grito dos Excluídos	2	Pe Luiz Basségio
MMM Marcha das Mulheres	2	Sandra
ATTAC	1	Paulo Maldos
FENAJ	1	Beto Almeida

Forum Desenvol. Amazônia	1	Paulo
Comunicação alternativa	1	Secretaria
MNDH	1	Secretaria
E os membros da coordenação		
Ao todo, aproximadamente 130 pessoas.		

A estratégia é de ampliar ao máximo a participação popular e levar o plebiscito ao maior número de municípios.

Com uma **estrutura** mais ágil, para estimular as iniciativas das regiões e locais. Por exemplo: coordenação nacional representativa (já existe); idem em cada estado; comitês locais a partir da iniciativa das pessoas (municípios, universidades, colégios, fábricas, bairros, etc.), independentes das entidades mas com apoio delas.

IV. Principais temas

Estão no Veredicto e em outros subsídios do Simpósio, da 3ª SSB e do Tribunal.

V. Questão técnica e jurídica

Área jurídica. Queremos fazer um plebiscito de maneira simples, mas é necessário prevenir todos os contra-ataques de ordem jurídica por parte da direita; mostrar que o plebiscito é democrático e tem uma fundamentação ética. Consultar João Luiz Pinaud e Luis Eduardo Greenhalgh. A legitimidade não é a do maior número de pessoas atingidas; mas, quanto mais melhor. João Pedro Stédile entra em contato com Luiz Eduardo Greenhalgh.

Cédula : duas, três perguntas bem simples; com respostas com SIM ou NÃO; uma proposta de cédula deverá ser apresentada em fevereiro.

Ver a oportunidade dum *projeto de lei sobre a Moratória da Dívida Externa*

VI. VII. VIII.

Manual da Campanha: Paulo Maldos (coord.); Ivo Poletto; Pe. Alfredo Gonçalves.

O manual é um guia de organização para os militantes; não muito longo; não é um texto político; apresentar uma proposta em fevereiro.

Equipe pedagógica: Ivo Poletto (coord.), Odair Firmino, Raimundo Bonfim, Valter Pomar, Ranulfo (Paulo Maldos fala com o Ranulfo) e Sandra.

Resumindo: prepara material com conteúdo, propostas de tablóides, folder, outras formas de material de apoio, material de referência.

(É bom lembrar que já tem muito material acumulado para resgatar: cartilhas "Eles gastam, nos pagamos", Veredicto, etc. A equipe pedagógica deveria tomar todo o material e ver como torná-lo acessível para um amplo público.

Folder: uma proposta foi apresentada à coordenação por Ivo Poletto, e em grande parte aprovada. Ele fará as correções sugeridas, e mais reações serão solicitados junto aos membros da coordenação.

Tablóide : "Jornal da Dívida". Pensar uma série de 5 números do Jornal da Dívida. Para o 1º número: histórico do Plebiscito; artigo de Valter Pomar; indicar os documentos disponíveis. Em geral, mostrar a ligação entre dívida externa, dívida interna e as dívidas sociais. Combater os argumentos mais frequentes da direita. Proposta de criar um formato próprio.

Texto de teatro: de Daniel Rech, muito pedagógico.

Terminar todos os materiais com o “visite o nosso *site*”, onde podem ser reproduzidos muitos documentos.

Equipe de comunicação: Gilberto Maringoni (coord.), Pascoutto, Pe. Luiz Basségio, Patrícia. Proposição de Beto Almeida do Fenaj/DF.

Resumindo: trazer para fevereiro: plano de comunicação, proposta de cartaz, logomarca, páginas de marketing (visibilidade para a sociedade)

Duas linhas de trabalho: 1) preparar material de massa (marketing) e 2) contatos com grande imprensa.

O objetivo da equipe é de trazer uma proposta de política de comunicação em fevereiro. Pensar uma equipe de contatos com a imprensa.

Trabalhar com a *Mídia*; pode-se mobilizar se o trabalho for bem preparado; buscar um tipo de monitoramento por alguns jornais nacionais.

Contato com a “Tribuna de imprensa”

Podemos contar com a assessoria de imprensa da CNBB : irmã Patrícia

Equipe Procedimentos da votação:

Fazer proposta de cédula e de todo o procedimento de votação e apuração para fevereiro. Responsáveis: João Pedro Stedile (coord.), Luiz Eduardo Greenhalgh, Raimundo Bonfim (CMP), Luiz Basségio.

Chuva de idéias, sugestões: Pedir um documento: não necessariamente o título de eleitor; qualquer documento de identidade; Anotar o nome, idade, sexo, o número do documento, profissão de quem vota; O voto deve ser muito rápido, que não haja fila; Quanto mais simples, melhor; A idade para votar: acima de 16; Fazer um teste quando a cédula estiver pronta; Fazer uma pesquisa de amostragem para conhecer os dados sociológicos dos votantes; Ir nos lugares de grande concentração; Ter faixas e camisetas nos lugares de votação; tom alegre; Ter um carimbo com logo-tipo do Plebiscito e pedir aos candidatos de imprimi-lo em todo o material da sua campanha eleitoral : “Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa, Participe”; Envolver as crianças, por exemplo, concurso nacional de redação sobre o Plebiscito; Elaboração de adesivos (melequinhas); Ver a possibilidade de ter juiz ou advogado em cada urna; Apuração : centralizar a nível estadual (decentralizar para os estados maiores), e depois nacional; Ver a possibilidade de um e-mail do Plebiscito; Pedir ao CERIS (Rio) que prepare os recursos informáticos para a apuração; Sandra ficou de falar com o Luiz Alberto, diretor; Instalar urnas nos locais no dia do Grito dos Excluídos; As urnas devem ser unificadas; caixa de papelão com a marca do plebiscito; Camisetas com logo-tipo do plebiscito, que deve estar disponível no site;

Equipe eventos culturais: Elfi, MST (coord.), Magalhães e Daniel (Cáritas) e Rui
Contatos nos diversos estados : Boal; Mario Lago Filho e outros artistas.

IX Coordenação, Secretariado

A próxima coordenação: dia 15 de fevereiro 2000, a partir de 16.00h, no Cajamar, véspera da coordenação ampliada.

O secretariado prepara a *carta de convocação* para a coordenação ampliada, e remete aos responsáveis, para que mandem as diversos setores e entidades, conforme acima.

Na carta de convite, indicar: encontro para a organização descentralizada (como a 3ª Semana Social e o Grito); ver como as pessoas podem se organizar a nível regional. Que as entidades ou setores convidados enviem pessoas de todos os estados.

Secretaria: a cargo de Luiz, Alfredo e Odair.

Ver alguém que possa ajudar a montar a rede; esta pode se basear no Grito dos Excluídos (foram citados os nomes de Solange, do SPM e Daniel, da Cáritas).

Secretaria executiva: insistir junto à CONTAG e ao CONIC para assumir o seu compromisso. O CIMI passa a fazer parte da secretaria executiva.

Finanças: projetos mandados ao Grupo AL da CIDSE. Misereor e Manos Unidas vão participar do financiamento. Ainda não sabemos o montante exato. Talvez a mesma quantia da Semana Social.

Outros projetos têm que ser mandados a outras entidades.

Apresentar uma previsão dos gastos em fevereiro.

Pequenos projetos de emergência do CERIS.

X. Informes

- Para os numerosos convites de participar em seminários internacionais, tem que ver a posição da articulação Sul do Jubileu. Há uma falta de continuidade. Propõe-se que o PACS seja a referência e, em sintonia com a Secretaria, assuma o debate mais amplo e a organização dos participantes. Pede-se que o PACS faça um informe de atualização sobre da Campanha Jubileu 2000, integrando o relato da viagem de Valter Pomar na África do Sul, e uma análise da conjuntura internacional da DE.
- Relatório do Grito (Brasil e A. Latina): ver as perspectivas das Marchas para o ano que vem. Foi lembrado também que o Grito de 7 de setembro deve estar em sintonia com o plebiscito.
- Sugeriu-se que as entidades promotoras do Plebiscito realizem entre si um rateio, no sentido de ajudar a cobrir os custos, que serão elevados.

Brasília-DF, 18 e 19 de novembro de 1999